

## Para que servem as sociedades científicas?

Ana Delicado

Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa

A participação das sociedades científicas nos primórdios da ciência moderna é um tema amplamente estudado e debatido. A história da ciência tem sido pródiga em analisar as origens seiscentistas da Royal Society e das várias academias de ciências nacionais, o desenvolvimento no século XIX das sociedades profissionais de cientistas ou a criação de associações internacionais no âmbito do processo de internacionalização da ciência no século XX. Porém, o papel contemporâneo destas organizações é muito pouco conhecido ou discutido.

Apesar de Gibbons *et al.* caracterizarem o Modo 2 de produção de conhecimento como assente na diversificação das instituições que participam no processo de investigação científica, as sociedades científicas não lhes merecem mais do que uma referência de passagem. A bibliografia sobre sociedades científicas actuais é escassa e tem consistido mais em reflexões dos seus próprios membros e dirigentes que em investigação no âmbito dos estudos sociais da ciência. Estes têm dado maior atenção aos colectivos não formalizados na ciência, como a “república da ciência” de Polyani, a “comunidade científica” de Hagstrom e Merton, os “colégios invisíveis” de Crane, as “comunidades epistémicas” de Knorr-Cetina ou o “campo científico” de Bourdieu. A própria literatura sociológica, onde o tema da participação associativa é recorrente, pouco se tem debruçado sobre o caso particular das associações científicas.

E, no entanto, este é um tema crescentemente pertinente e que suscita múltiplas questões. Num contexto em que os sistemas científico e universitário estão sujeitos a múltiplas pressões (financiamento, avaliação, *accountability*, responsabilidade social), terão as sociedades científicas uma palavra a dizer que transcenda as estratégias particularistas das instituições? Ganhando a política científica um crescente relevo tanto ao nível nacional como supra-nacional, estarão as sociedades científicas a desempenhar um papel activo de aconselhamento e lobby? Num momento de transformação das carreiras académicas, tendente a uma maior precariedade, poderão as sociedades científicas ajudar a agregar os interesses e exprimir as reivindicações dos cientistas? Face ao incremento da procura por parte dos decisores políticos de avaliações científicas dos riscos, serão as sociedades científicas uma porta de entrada para a identificação dos peritos mais adequados a esta tarefa? Perante o acumular de controvérsias técnico-científicas que minam a confiança do público, estarão as sociedades científicas numa posição privilegiada para criar fóruns de debate abertos e tecer pontes entre a ciência e a sociedade? Numa ciência que oscila entre as tensões opostas da hiperespecialização e da interdisciplinaridade, ainda faz sentido haver sociedades científicas disciplinares? Atendendo à crescente valorização da internacionalização proporcionada pelas associações internacionais, com as suas revistas e congressos, poderão as sociedades científicas de âmbito nacional sobreviver e manter os seus próprios instrumentos de comunicação em línguas autóctones? Numa actividade em que a mobilidade internacional é quase um requisito, ainda vale a pena pertencer a sociedades científicas nacionais?

No fundo, o que se pode debater é se as sociedades científicas continuam a ter razão para existir num sistema cada vez mais polarizado entre o cientista individual, com as suas estratégias e

ambições de carreira, e as instituições académicas, pressionadas a competirem entre si por recursos escassos.